

Chamada de Boas Práticas em Saúde e Migração nas Américas

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS)

Janeiro de 2024

Antecedentes

Devido ao dinâmico movimento populacional intra e extrarregional nas Américas, a migração continua a ser tema prioritário nas pautas e discussões de políticas de muitos países da Região. Em sua maioria, os fluxos migratórios são de pessoas que se dirigem à América do Norte, oriundas principalmente da Guatemala, do Equador, de Honduras e do México. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a fronteira entre o México e os Estados Unidos é o maior corredor migratório do mundo.¹ O deslocamento de cidadãos venezuelanos nos últimos anos também continua aumentando. Atualmente, esse é considerado o segundo maior evento de deslocamento no mundo inteiro, com mais de 7,7 milhões de refugiados e migrantes. Mais de 6,5 milhões desses refugiados e migrantes se reassentaram nas Américas, fugindo principalmente para países vizinhos.² Pessoas provenientes da Venezuela, do Caribe (especialmente do Haiti e de Cuba) e de outros países também se deslocaram para vários países da América do Sul. O alto número de crianças e adolescentes que estão se deslocando, muitas vezes viajando desacompanhados, é objeto de grande preocupação. No total, as Américas acolhem cerca de 26% de todos os migrantes internacionais.

A maioria dos migrantes decide abandonar seus lares em busca de melhores oportunidades econômicas e devido a fatores como pobreza, turbulência sociopolítica e violência (como violência de gênero, violência de gangues e violência política), além do impacto da degradação ambiental (inclusive eventos de mudança do clima de início lento ou rápido), que tornam seus lares inabitáveis e/ou ameaçam seus meios de subsistência. Muitos dos fatores determinantes da migração foram exacerbados pelos impactos sociais, sanitários e econômicos duradouros da recente pandemia de COVID-19, que expôs ainda mais as desigualdades estruturais e afetou desproporcionalmente pessoas migrantes em toda a Região.

Independentemente de terem decidido migrar por razões econômicas ou porque foram forçadas a fazê-lo, milhões de pessoas enfrentam regularmente vários desafios em todas as etapas do processo migratório: partida, trânsito, chegada e retorno. Essas pessoas frequentemente estão expostas a muitos fatores que comprometem sua saúde física e mental, como tráfico, sequestro, violência sexual e outras violências, furtos e a necessidade de atravessar terrenos naturais perigosos, dentre outros fatores que levam muitas dessas pessoas a morrer no caminho. Além disso, ao longo do processo migratório, os migrantes muitas vezes ficam sem acesso ou têm

¹ McAuliffe, M. and A. Triandafyllidou (Eds.), 2021. Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022. Organización Internacional para as Migrações (OIM), Geneva. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022>.

² Refugiados y Migrantes de Venezuela [Internet]. Disponível em: <https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes>; Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. [Internet]. Llamamiento de Emergencia: Situación de Venezuela. Disponível em: <https://www.acnur.org/emergencias/situacion-de-venezuela>.

acesso apenas limitado a atenção primária à saúde, medicamentos, vacinas e serviços de saúde de emergência. Desta maneira, as necessidades de saúde dos migrantes frequentemente são negligenciadas, sobretudo no que se refere à saúde materno-infantil, ao atendimento de emergência, à prevenção e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, à saúde sexual e reprodutiva e à saúde mental e apoio psicossocial.

Além disso, muitos migrantes (especialmente os indocumentados) são integrados de maneira precária nos países de destino, principalmente no que diz respeito à entrada no mercado de trabalho e a locais de moradia. Como resultado, os migrantes tendem a ser colocados em empregos de qualidade inferior, nos quais ficam vulneráveis a trabalho forçado, sem direito a proteção social e cobertura de saúde. Além disso, estão mais expostos a condições de trabalho prejudiciais à saúde física e mental. No momento da chegada, a maioria dos migrantes em situações de vulnerabilidade, muitas vezes incluindo trabalhadores migrantes temporários, tendem a viver em assentamentos informais e bairros marginalizados. Nestas áreas, os migrantes estão mais expostos à violência, água e saneamento deficientes, acidentes de trânsito e catástrofes naturais, como inundações ou deslizamentos de terra, entre outras condições prejudiciais.

As várias barreiras legais, econômicas e socioculturais, entre outras, para o acesso a serviços de saúde essenciais e outros serviços sociais, como os que oferecem alimentos e nutrição, moradia etc., aumentam as iniquidades já existentes na Região, o que deixa os migrantes em situações agravadas de vulnerabilidade. Para abordar a questão, e em conformidade com os compromissos assumidos pelos Estados Membros para alcançar o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde, é imperativo oferecer acesso a serviços de saúde integrais, eficientes e de qualidade para a população migrante (incluindo refugiados, requerentes de asilo, pessoas deslocadas internamente, trabalhadores sazonais e migrantes irregulares ou regulares), além das populações anfitriãs. Como resultado, os Estados Membros assumiram novos compromissos regionais e internacionais por meio de vários marcos, incluindo, entre outros, a adoção do [Plano de Ação Global da OMS para a Promoção da Saúde de Refugiados e Migrantes](#) (renovado este ano para 2023–2030) e a elaboração do [documento de orientação sobre migração e saúde](#) da OPAS de 2019, que apresenta cinco linhas de ação estratégicas que fundamentam esta chamada de boas práticas.

O marco conceitual completo está disponível no ANEXO I ([pág. XYZ](#)).

O termo “boas práticas” (BP) tem várias definições. Em sua essência, envolve a documentação de métodos, processos e aspectos que poderiam ser benéficos para outra instituição ou país como forma de compartilhar conhecimentos.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) definirá BP como **iniciativas, intervenções, soluções, metodologias ou procedimentos realizados durante a implementação de atividades e projetos em nível regional, sub-regional e local que produziram resultados que poderiam ser adaptados e/ou replicados em diferentes contextos e por diferentes países e territórios ou organizações.**

Esta chamada de BP visa contribuir para a troca de conhecimentos entre Estados Membros e diferentes agentes na Região das Américas sobre o tema da saúde e migração nas Américas.

A intenção da OPAS não é validar (nem garantir) o sucesso de uma experiência, iniciativa ou lição aprendida, e sim assegurar que as BP sejam sistematicamente documentadas usando uma metodologia validada.

Para enviar uma BP, é necessário seguir um processo abrangente de documentação que cubra todos os elementos necessários para sua análise de acordo com os critérios descritos na metodologia de BP da OPAS. Um Comitê de Análise Técnica, composto por membros experientes na área e representantes de diferentes sub-regiões geográficas da Região das Américas ou do mundo, avaliará as BP propostas, e somente as práticas que atenderem aos critérios específicos serão publicados no Portal de BP da OPAS.

Embora muitos atores, desde formuladores de políticas até organizações da sociedade civil, tenham avançado no sentido de atender às necessidades de saúde dos migrantes, ainda há muito a ser feito. Por exemplo, é necessário abordar melhor os determinantes sociais da saúde para entender as causas primárias da migração, bem como o impacto que a própria migração tem como determinante da saúde e do bem-estar. Para tanto, é necessário abordar as barreiras socioculturais que levam à criação de condições precárias de saúde para os migrantes ao longo da rota migratória. Isto também requer colaboração e coordenação intersetorial sólida em áreas temáticas. Essas áreas precisam ser destacadas devido à sua importante função na abordagem das causas subjacentes dos problemas de saúde dos migrantes. Além disso, os sistemas de saúde carecem de métodos abrangentes de coleta de dados em seus sistemas de informação para melhor atender às necessidades dos migrantes e precisam desenvolver capacidades na coleta de dados a fim de fortalecer os dados sobre a saúde dos migrantes e o acesso aos serviços de saúde. A capacitação do pessoal de saúde em coleta de dados de migrantes, conscientização intercultural e direitos dos migrantes é outra área que necessita de melhorias. Além disso, é necessário fortalecer a colaboração transfronteiriça para melhorar a vigilância epidemiológica e o fornecimento e coordenação de serviços de saúde em emergências no ponto de entrada dos migrantes, mantendo também acesso adequado aos serviços para as comunidades anfitriãs.

Os exemplos de sucesso relacionados à migração e à saúde devem ser reconhecidos e capitalizados para facilitar a implementação de ações efetivas de forma mais ampla na Região. Esta chamada promoverá a troca de conhecimentos sobre as lições aprendidas e os bons exemplos, atuando como catalisador para a replicação de soluções semelhantes de curto, médio e longo prazo em outros contextos da Região.

Finalidade

A finalidade desta chamada é identificar boas práticas na Região que tenham demonstrado a implementação bem-sucedida de uma intervenção referente a uma ou mais das cinco linhas de ação estratégicas descritas no [documento de orientação sobre migração e saúde da OPAS](#): 1) fortalecer a vigilância, o gerenciamento de informações e o monitoramento em saúde; 2) melhorar o acesso de populações migrantes e anfitriãs aos serviços de saúde; 3) melhorar a comunicação e a troca de informações para combater a xenofobia, o estigma e a discriminação; 4) fortalecer parcerias, redes e estruturas multinacionais para entender a situação e promover e proteger a saúde dos migrantes; e 5) adaptar políticas, programas e estruturas legais para promover e proteger a saúde e o bem-estar dos migrantes. Essas linhas de ação estratégicas estão detalhadas na Tabela 1.

A chamada busca reunir principalmente experiências relacionadas à prestação de serviços de saúde de emergência para atender às necessidades de saúde dos migrantes, aos determinantes sociais da saúde dos migrantes (especialmente para trabalhadores migrantes) e às intervenções relacionadas ao fortalecimento dos sistemas de saúde para levar em consideração as populações migrantes, bem como ao aumento do acesso a serviços de saúde para pessoas em trânsito e populações anfitriãs.

Esta chamada é uma iniciativa conjunta dos Departamentos de Emergências de Saúde (PHE), Determinantes Sociais e Ambientais de Equidade em Saúde (DHE) e Sistemas e Serviços de Saúde (HSS) da Organização Pan-Americana da Saúde.

Envio de proposta de boas práticas

Para enviar uma proposta, siga as instruções descritas no [ANEXO II](#). A OPAS usa um sistema de oito quesitos para orientar a documentação e análise das BP:

- **Efetividade:** evidências de que os objetivos foram alcançados com êxito. Essas evidências podem incluir resultados duradouros, produtos tangíveis e metodologias.
- **Custo-efetividade:** evidências de uma abordagem econômica que seja financeiramente realista e acessível para os atores necessários.
- **Eficiência:** evidências de uma abordagem fiscal responsável na implementação de recursos com o objetivo de alcançar os resultados desejados.
- **Sustentabilidade:** evidências de manutenção dos resultados alcançados ao longo do tempo. A prática deve criar as ferramentas essenciais necessárias para enfrentar desafios futuros.
- **Replicabilidade/adaptabilidade:** evidências do potencial de replicação ou adaptação a outros contextos e situações.
- **Inovação:** evidências de adoção, promoção ou criação de uma tecnologia ou abordagem totalmente nova para um problema ou de incentivo à inovação por parte dos usuários para desenvolver novas soluções para problemas comuns de forma colaborativa.
- **Participação:** evidências do envolvimento das principais partes interessadas e parceiros (especialmente os beneficiários primários) em decisões e ações importantes relacionadas à intervenção e à adoção de uma abordagem participativa.
- **Enfoque em temas transversais (equidade, gênero, etnia e direitos humanos):** o Plano Estratégico da OPAS 2020–2015 aborda quatro temas transversais: equidade, gênero, etnia e direitos humanos. Dada a centralidade desses temas para a cooperação técnica da OPAS, a proposta de boas práticas deve ter capacidade demonstrada de analisar e propor mudanças nas vulnerabilidades, diversidades ou lacunas que interferem nas condições de saúde da população. Os temas transversais serão atualizados de acordo com cada versão do Plano Estratégico da OPAS.

Além disso, esta Chamada utilizará **Atributos Técnicos** específicos que delineiam características importantes de uma prática na área de saúde e migração, como:

- **Alinhamento com as Diretrizes da OPAS sobre Saúde e Migração:** Evidência de alinhamento

com [Diretrizes da OPAS sobre Saúde e Migração](#)³, e suas cinco linhas de ação.

Mais detalhes sobre as informações relevantes que deverão ser apresentadas para cada Atributo podem ser encontrados no ANEXO II. Compreendendo os atributos (págs. 17-18).

³ PAHO Guidelines on Health and Migration: <https://www.paho.org/en/documents/guidance-document-migration-and-health>.

Quem pode enviar uma proposta de boas práticas?

Autoridades nacionais

As autoridades nacionais dos Estados Membros da OPAS (Região das Américas) são convidadas a apresentar experiências relacionadas à saúde e à migração.

As autoridades nacionais, inclusive em nível subnacional e local, incluem:

1. Instituições de saúde pública e outros setores relacionados (ou seja, saúde, finanças, trabalho etc.);
2. Instituições acadêmicas; e
3. Organizações da sociedade civil.

Além disso, a participação de agências internacionais, organizações internacionais, inclusive em nível sub-regional, bem como de partes interessadas estratégicas:

1. Organizações não governamentais (como fundações, instituições religiosas, instituições de caridade etc.);
2. Agências de mídia; e
3. Instituições de pesquisa.

Especialistas

Os especialistas da Região são convidados a enviar suas experiências. Os especialistas incluem:

1. Profissionais;
2. Formuladores de políticas; e
3. Pesquisadores com publicações ou envolvidos em pesquisas sobre tópicos de migração e saúde.

Observação: Os Estados Membros da OPAS exigem que as colaborações com agentes não estatais passem por uma análise de *due diligence* e avaliação de riscos nos termos do Quadro de Colaboração com Agentes não Estatais (FENSA, na sigla em inglês). Em geral, o FENSA não se aplica a colaborações com entidades governamentais ou organizações intergovernamentais. Entretanto, colaborações com empresas estatais, fundações ou universidades estatais são sujeitas ao FENSA. Consequentemente, solicita-se que os agentes não estatais participantes desta chamada analisem e preencham os formulários de “Informações solicitadas de agentes não estatais para colaboração com a OPAS/OMS” e “Declaração de divulgação de vínculos com as indústrias de tabaco e armas para agentes não estatais” ([ANEXO III](#)) e os enviem na etapa de análise institucional do formulário de cadastro do portal.

Principais tópicos e subtópicos

Os principais tópicos de interesse desta chamada de boas práticas são a saúde e a migração nas Américas, divididos em cinco linhas de ação estratégicas.

Para ajudar na preparação dos cadastros, uma lista de subtópicos propostos está indicada a seguir para cada linha de ação estratégica (Tabela 1).

Os subtópicos mencionados não são exaustivos. Ainda que as propostas não se encaixem nos tópicos mencionados, elas precisam ser relevantes para o tópico principal da chamada. Isso inclui necessidades de saúde de todos os migrantes forçados e econômicos, como trabalhadores migrantes temporários, entre outros, além da resposta dos sistemas de serviços sociais e de saúde, lacunas no atendimento às necessidades e o papel que os governos locais desempenham na implementação de políticas para grupos específicos de migrantes.

O ideal é que todas as boas práticas compartilhadas estejam relacionadas a intervenções que se enquadrem nas cinco linhas de ação estratégicas da OPAS (Tabela 1) e estejam associadas a emergências de saúde, determinantes sociais da saúde e/ou sistemas e serviços de saúde. Também serão fortemente consideradas políticas e/ou programas de saúde e de atenção à saúde que abordem a interseção da migração com outros determinantes sociais da saúde, como trabalho, emprego e moradia, entre outros.

Os subtópicos apresentados incluem as versões resumidas das principais intervenções para cada linha de ação estratégica. Para obter a versão completa, consulte o [documento de orientação sobre migração e saúde](#).

Tabela 1. Linhas de ação estratégicas e subtópicos da chamada.

Linha de ação estratégica 1	Fortalecer a vigilância, o gerenciamento de informações e o monitoramento em saúde Esta linha de ação estratégica visa garantir que os sistemas nacionais de vigilância integrem considerações relativas às populações anfitriãs e migrantes. Ela busca assegurar que sejam geradas informações e dados desagregados por regiões e países (em nível nacional e subnacional) e que haja registros adequados, padronizados e comparáveis disponíveis sobre a saúde dos migrantes para apoiar os formuladores de políticas e tomadores de decisão a fim de desenvolver políticas, planos e intervenções mais fundamentados em evidências . Entre outros fatores, isso oferecerá apoio à capacidade de adaptação dos sistemas de saúde dos países de destino e orientará as intervenções de saúde para atender às necessidades específicas de saúde dos migrantes.
------------------------------------	---

Subtópicos:

- ❖ Estabelecimento e/ou fortalecimento de práticas de alerta precoce e resposta para:
 - identificação de riscos à saúde; e
 - orientações para intervenções de prevenção e controle.
- ❖ Fortalecimento das capacidades de coleta de dados sobre migrantes por sistemas nacionais e descentralizados de vigilância e informação em saúde, incluindo:
 - desenvolvimento de um sistema de vigilância sentinela; e
 - coleta de dados desagregados (por exemplo, sobre comportamentos de busca de saúde, acesso a serviços de saúde ou uso desses serviços).
- ❖ Fortalecimento da vigilância epidemiológica e do gerenciamento de informações.
- ❖ Fortalecimento das capacidades de notificação dos países anfitriões dentro do quadro do Regulamento Sanitário Internacional (RSI).
- ❖ Desenvolvimento e disseminação de perfis de saúde das principais populações de migrantes, para:
 - apoiar a capacidade de adaptação dos sistemas de saúde dos países anfitriões; e
 - apoiar intervenções dos países anfitriões direcionadas para as necessidades de saúde dos migrantes.
- ❖ Promoção da portabilidade e acessibilidade internacional dos dados de saúde de migrantes.

Linha de ação estratégica 2

Melhorar o acesso de populações migrantes e anfitriãs aos serviços de saúde

Esta linha de ação estratégica se concentra em aumentar o **acesso equitativo a serviços de saúde integrais, oportunos e de qualidade** para todas as pessoas, inclusive a população migrante, sem discriminação e com uma **abordagem centrada nas pessoas e na comunidade**. É essencial determinar as barreiras específicas de acesso e definir intervenções específicas, por exemplo, promovendo o apoio linguístico, intercultural e financeiro para melhorar o acesso de populações migrantes e anfitriãs aos serviços de saúde. Os mecanismos existentes devem ser fortalecidos para aumentar a capacidade dos serviços de saúde em áreas com grande influxo de populações migrantes. Os serviços devem cobrir todo o **continuum assistencial**, incluindo **promoção, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos** com base nas necessidades constatadas de saúde.

Em geral, os migrantes não representam uma ameaça adicional à segurança sanitária das comunidades anfitriãs.⁴ Uma **triagem inicial que não se limite a doenças infecciosas pode ser um instrumento efetivo de saúde pública**, mas **não deve ser**

⁴ The UCL–Lancet Commission on Migration and Health: the health of a world on the move, Vol.392, Issue 10164, P2606-2654, 15 de dezembro de 2018.

discriminatória nem estigmatizante e deve feita em prol do indivíduo e do público. Essa triagem também deve estar vinculada ao acesso a tratamento, atenção e apoio. É pouco provável que seja necessária se os sistemas de saúde forem fortes e capazes.⁵

Subtópicos:

- ❖ Identificação das necessidades de saúde dos migrantes e das lacunas nos sistemas de saúde.
 - Inclui lacunas relacionadas ao acesso à atenção à saúde e à cobertura de saúde nas comunidades ao longo das regiões fronteiriças.
- ❖ Incorporação das necessidades de saúde dos migrantes nos planos, políticas e programas nacionais relacionados à migração.
- ❖ Aumento da participação dos ministérios da Saúde no desenvolvimento de planos, políticas e programas nacionais voltados para a migração.
- ❖ Desenvolvimento de planos de contingência em saúde inclusivos para migrantes, assegurando o acesso de todas as pessoas ao pacote de serviços essenciais em situações de emergência.
- ❖ Ampliação de intervenções de prevenção e controle inclusivas para migrantes de curto e longo prazo, levando em consideração os determinantes importantes da saúde (como idade, gênero, educação, sensibilidade cultural, trauma) nas áreas de:
 - doenças transmissíveis;
 - doenças não transmissíveis (DNTs); e
 - saúde mental.
- ❖ Desenvolvimento de protocolos e medidas para o monitoramento e a prestação de serviços de saúde sexual, reprodutiva e materno-infantil para migrantes.
- ❖ Desenvolvimento de protocolos e medidas para o monitoramento e a prestação de cuidados especializados para sobreviventes de trauma e violência para migrantes.
- ❖ Implementação de estratégias dentro dos planos nacionais de imunização para aumentar a cobertura de vacinação em populações de difícil acesso, inclusive comunidades migrantes.
- ❖ Provisão de recursos para atenção à saúde contínua, integral e de alta qualidade, inclusive para populações de pessoas com deficiência mental, física e sensorial.
- ❖ Provisão de acesso a serviços de saúde integrais, sustentáveis e com várias partes interessadas (prestadores de serviços de saúde, ONGs, organizações da sociedade civil) por meio da implementação de:
 - processos de encaminhamento; e

⁵ EUR/RC66/8 Strategy and action plan for refugee and migrant health in the WHO European Region.

- redes integradas de serviços de saúde (RISS).
- ❖ Desenvolvimento de equipes interprofissionais de atenção primária com capacitação em:
 - abordagens integrais de atenção e saúde, com enfoque na interculturalidade e nos determinantes sociais;
 - equidade em saúde; e
 - abordagens de saúde baseadas em direitos humanos, inclusive para agentes não relacionados à saúde.
- ❖ Inclusão de profissionais de saúde migrantes qualificados para conceber, implementar e avaliar serviços de saúde e programas educacionais sensíveis aos migrantes.
- ❖ Inclusão de capacidades básicas nas implementações nacionais e internacionais do RSI.
- ❖ Garantia da disponibilidade de estratégias nacionais e locais envolvendo múltiplas partes interessadas (autoridades nacionais, ONGs e organizações da sociedade civil) para a visibilidade e acessibilidade de informações sobre serviços de saúde para migrantes e agentes relevantes.

**Linha de
ação
estratégica
3**

Melhorar a comunicação e a troca de informações para combater a xenofobia, o estigma e a discriminação

Esta linha de ação estratégica concentra-se em **oferecer informações precisas e dissipar medos e percepções errôneas** entre as populações migrantes e anfitriãs em relação aos impactos da migração e do deslocamento na saúde das populações móveis e na saúde das comunidades e sistemas de saúde locais. Além disso, busca criar uma **cultura de inclusão, solidariedade e diversidade, promovendo o intercâmbio de informações** (inclusive informações epidemiológicas), **protocolos, materiais e estratégias de comunicação, planos nacionais e instrumentos de política relevantes** entre os Estados Membros.

Subtópicos:

- ❖ Implementação de estratégias de troca de informações sobre a saúde dos migrantes a fim de promover ações colaborativas em saúde.
 - Enfoque especial nas estratégias implementadas por países vizinhos com mobilidade humana ativa ao longo das fronteiras.
- ❖ Implementação de estratégias para o intercâmbio de conhecimento local e regional sobre a promoção e a proteção da saúde dos migrantes entre países, agências e outros agentes relevantes.
- ❖ Desenvolvimento de material sensível ao gênero e à cultura para campanhas de conscientização que informem os migrantes e as comunidades anfitriãs sobre os direitos dos migrantes (inclusive o direito à saúde) e, ao mesmo tempo, dissipem percepções negativas sobre essa população.

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Realização de capacitações de prestadores de serviços de saúde e funcionários do governo sobre as necessidades de saúde dos migrantes, padrões de tratamento culturalmente sensíveis e procedimentos de encaminhamento. ❖ Elaboração de relatórios de progresso e estratégias de desenvolvimento do perfil do país no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com enfoque no monitoramento de: <ul style="list-style-type: none"> • aspectos do movimento de pessoas relacionados à saúde; e • distribuição do risco de doenças e redução dos riscos. ❖ Desenvolvimento de abordagens transfronteiriças e bases de dados compatíveis com contextos nacionais e estruturas legais, com enfoque em: <ul style="list-style-type: none"> • riscos à saúde nos países de origem, de trânsito e de destino; e • registros móveis de saúde e cartões de saúde (inclusive cartões para grupos populacionais em trânsito para assegurar a continuidade da atenção).
<p>Linha de ação estratégica 4</p>	<p>Fortalecer parcerias, redes e estruturas multinacionais para entender a situação e promover e proteger a saúde dos migrantes</p> <p>Esta linha de ação estratégica busca garantir que os determinantes que afetam a saúde dos migrantes sejam abordados por meio de ações conjuntas e respostas coerentes de políticas de saúde pública multissetoriais, incluindo impactos diferenciados entre mulheres e meninas; crianças; e comunidades indígenas e afrodescendentes. Esta linha estratégica promove sinergia e eficiência por meio de parcerias e mecanismos de coordenação e colaboração intersetoriais, entre países e interagências, inclusive com agências do Sistema das Nações Unidas, como a OPAS, a OIM, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a ONU Mulheres.</p> <p>Subtópicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Implementação de estratégias de colaboração intersetorial (incluindo educação e bem-estar social, entre outros) para planejamento de intervenção de resposta e alocação de recursos. <ul style="list-style-type: none"> • Preferência por estratégias com uma visão abrangente de curto, médio e longo prazo. ❖ Aprimoramento dos diálogos e da cooperação entre países, com o objetivo de: <ul style="list-style-type: none"> • identificar interesses comuns; • criar protocolos e esquemas de tratamento comuns; • evitar a duplicação de esforços; e • utilizar recursos de forma efetiva.

- ❖ Implementação de estratégias para o estabelecimento ou reativação de parcerias e alianças internacionais, com enfoque em:
 - fortalecer os esforços atuais para abordar questões de saúde transfronteiriças relacionadas à migração; e
 - promover a cooperação multissetorial (especialmente saúde e educação) ao longo das fronteiras.
- ❖ Desenvolvimento de mecanismos de coordenação e planos de ação binacionais para abordar efetivamente desafios compartilhados de saúde relacionados a uma crise migratória.
- ❖ Implementação de avaliação e esforços de priorização regionais, voltados para:
 - planejamento de intervenções de resposta; e
 - alocação de recursos com uma visão regional abrangente de curto, médio e longo prazo.
- ❖ Identificação de soluções e mecanismos de financiamento direcionados à mobilização de recursos para apoiar as crescentes demandas de saúde dos países anfitriões relacionados à migração internacional em grande escala.

**Linha de
ação
estratégica 5**

Adaptar políticas, programas e estruturas legais para promover e proteger a saúde e o bem-estar dos migrantes

Esta linha de ação estratégica visa à **incorporação da saúde dos migrantes às agendas nacionais** e promove **políticas de saúde e proteção jurídica e social sensíveis aos migrantes**, bem como a saúde e o bem-estar de mulheres, crianças e adolescentes que vivem em contextos de migração. Considerando que **o gênero e a etnia** podem afetar os motivos por trás da migração, bem como as redes sociais que os migrantes usam para se deslocar nos países anfitriões, é necessário assegurar abordagens de igualdade nos programas e políticas nacionais, incluindo o **empoderamento de mulheres e meninas migrantes e a igualdade de gênero**.

Esta linha estratégica também defende a inclusão da saúde dos migrantes em políticas e programas nacionais e locais, bem como o **desenvolvimento ou a modificação de estruturas legais para abordar o direito dos migrantes ao mais alto padrão possível de saúde física e mental**, de acordo com as obrigações internacionais de direitos humanos e instrumentos internacionais e regionais pertinentes, e trabalhando para **reduzir ou remover barreiras físicas, financeiras, de informação e de discriminação no acesso aos serviços de saúde**, em sinergia com os parceiros da OMS, inclusive agentes não estatais.

Subtópicos:

- ❖ Implementação de estratégias para o fortalecimento ou ampliação de intervenções destinadas a:
 - promover o respeito e o cumprimento dos direitos humanos dos migrantes de forma efetiva; e
 - defender o direito dos migrantes à saúde e os princípios de não discriminação.
- ❖ Preparação e análise com uma abordagem intercultural, sensível ao gênero e baseada em direitos para políticas, estratégias e planos de ação nacionais ou subnacionais voltados para:
 - proteção dos direitos humanos dos migrantes, inclusive o direito à saúde; e
 - atendimento às necessidades de saúde dos migrantes.
- ❖ Incorporação de disposições nas estruturas legais para defender os princípios do direito à saúde e à não discriminação dos migrantes.
- ❖ Incorporação de disposições nas estruturas legais para abordar os processos discriminatórios e barreiras de saúde que afetam os migrantes.
- ❖ Desenvolvimento de políticas e ações de proteção social, com o objetivo de abordar:
 - desigualdades em saúde e barreiras de acesso a serviços em todo o processo de migração.
- ❖ Geração de evidências sobre:
 - o impacto nos sistemas de saúde se as necessidades de saúde dos migrantes não forem atendidas; e
 - intervenções direcionadas para reduzir os riscos e as iniquidades em saúde entre os migrantes.
- ❖ Estabelecimento de uma agenda de pesquisa sobre migração, mobilidade e saúde.

Prazo

As propostas devem ser enviadas entre as 29 de janeiro de 2024 às 9h00 e 29 de março de 2024 às 23h59 EST. (hora padrão do leste dos EUA).

As decisões devem ser finalizadas até abril 2024 por meio do Portal de Boas Práticas da OPAS. Todos os participantes receberão atualizações sobre as decisões por e-mail e pelo Portal. Somente as BP que passarem pelo processo de avaliação serão publicadas no Portal.

Idiomas

As propostas podem ser enviadas em inglês, espanhol ou português.

Avaliação de propostas

O Portal (<https://portalbp.paho.org/pt/>) permite que as entidades da OPAS, os Estados Membros e as partes interessadas documentem experiências, iniciativas e lições aprendidas usando um processo padronizado que avalia as BP propostas de acordo com critérios específicos. Uma boa prática pode servir de exemplo para que as partes interessadas aprendam, compartilhem e apliquem as práticas nas próprias iniciativas. O processo de avaliação consiste em duas etapas: **Triagem Básica** e **Avaliação Técnica**.

A **Triagem Básica** será realizada para garantir que todos os requisitos descritos na chamada sejam atendidos. Primeiro, a conformidade das propostas de BP com os requisitos do FENSA será verificada (consulte [Quem pode enviar uma proposta](#)). Todos os campos serão analisados para verificar se todas as informações enviadas são válidas e assegurar que a proposta inclui todos os detalhes básicos necessários, como título, alinhamento com o tema da chamada, idioma e nome da instituição. Informações e/ou revisões adicionais podem ser solicitadas aos participantes antes de se prosseguir para a avaliação técnica.

A **Avaliação Técnica** tem como objetivo avaliar as boas práticas propostas com base nos oito atributos especificados pela metodologia de boas práticas da OPAS e em sua viabilidade técnica. A Avaliação Técnica será feita pelo Comitê de Análise Técnica, composto pelos seguintes membros:

- **Bambaren, Celso**: Organização Pan-Americana da Saúde
- **Bojórquez, Ietza, agindo em caráter individual**: El Colegio de la Frontera Norte (COLEF), México

- **Cortinois, Andrea, agindo em caráter individual:** Universidade de Toronto; Escola de Saúde Pública Dalla Lana, Canadá
- **Gastal Fassa, Anaclaudia:** Organização Pan-Americana da Saúde
- **Houghton, Natalia:** Organização Pan-Americana da Saúde
- **Issa, Julie:** Organização Pan-Americana da Saúde
- **Mendez, Fabrizio:** Organização Pan-Americana da Saúde
- **Obach, Alexandra, agindo em caráter individual:** Universidad del Desarrollo, Chile
- **Solar, Orielle:** Organização Pan-Americana da Saúde

Se houver algum problema ou necessidade de mais informações, uma notificação será enviada por e-mail ao responsável pelo cadastro. Depois que as informações necessárias tenham sido enviadas, a boa prática proposta pode ser reenviada para uma nova avaliação.

ANEXO I. Estrutura conceitual

O documento de orientação sobre migração e saúde da OPAS de 2019⁶ foi criado como consequência da necessidade crescente na Região de responder ao rápido aumento do deslocamento de pessoas nas Américas. Os fluxos migratórios provenientes da Venezuela e da América Central eram os mais significativos. O documento foi elaborado com base em várias iniciativas mundiais e regionais anteriores para abordar questões de migração e saúde. Entre os compromissos internacionais, estão: a Resolução WHA61.17 da OMS sobre saúde dos migrantes, de 2008⁷; a adoção da Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes pela Assembleia Geral das Nações Unidas de 2016 por meio da Resolução A/RES/71/1⁸; o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, de 2018⁹; a Resolução WHA70.15 da OMS sobre a promoção da saúde de refugiados e migrantes, de 2017¹⁰; e a adoção subsequente do Plano de Ação Global da OMS para a Promoção da Saúde de Refugiados e Migrantes 2019¹¹ (recentemente renovado até 2030). Os vários compromissos assumidos dentro da Região e na sub-região incluem, entre outros, a *Estratégia para o Acesso Universal à Saúde e a Cobertura Universal de Saúde* de 2014¹²; a resolução da OPAS de 2016 sobre saúde dos migrantes (CD55.R13)¹³; a Declaração de Quito sobre Mobilidade Humana de Cidadãos Venezuelanos de 2018¹⁴, na qual o setor de saúde é identificado como um setor-chave em planos relacionados para abordar a questão dentro da estrutura; e a Declaração Ministerial sobre Migração e Saúde na Mesoamérica (2017)¹⁵ e a Resolução dos Países Andinos sobre Saúde e Migração (2018)¹⁶.

⁶ Organização Pan-Americana da Saúde. 2019. Documento de orientación sobre migración y salud. Disponível em: <https://www.paho.org/es/documentos/documento-orientacion-sobre-migracion-salud>.

⁷ Organização Mundial da Saúde. 2008. Resolução WHA61.17. Salud de los migrantes. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/A61/A61_R17-sp.pdf.

⁸ Nações Unidas. 2016. Declaración de Nueva York para los Refugiados y los Migrantes, Resolución A/RES/71/1. Disponível em: <https://undocs.org/es/a/res/71/1>.

⁹ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. 2018. Pacto Mundial para una Migración Segura, Ordenada y Regular (GCM). <https://www.ohchr.org/es/migration/global-compact-safe-orderly-and-regular-migration-gcm>.

¹⁰ Organização Mundial da Saúde. 2017. Promoción de la salud de refugiados y migrantes, WHA70.15. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA70/A70_R15-sp.pdf.

¹¹ Organização Mundial da Saúde. 2019. WHO Global Action Plan for Promoting the Health of Refugees and Migrants. Disponível em: <https://www.who.int/publications/item/WHA72-2019-REC-1>.

¹² Organização Pan-Americana da Saúde. 2014. *Estratégia para o Acesso Universal à Saúde e a Cobertura Universal de Saúde*. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/28276/CD53-5-p.pdf>.

¹³ Organização Pan-Americana da Saúde. 2016. Resolução: Saúde dos Migrantes, CD55.R13. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/cd55r13-resolucao-saude-dos-migrantes>.

¹⁴ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. 2018. Quito Declaration on the Human Mobility of Venezuelan Citizens. Disponível em: <https://data.unhcr.org/es/documents/details/68099>.

¹⁵ Organização Pan-Americana da Saúde. 2017. Ministros de Salud de Mesoamérica acuerdan trabajar juntos para atender las necesidades de salud de los migrantes. <https://www.paho.org/es/noticias/26-4-2017-ministros-salud-mesoamerica-acuerdan-trabajar-juntos-para-atender-necesidades>.

¹⁶ ORAS CONHU. 2018. Salud de los migrantes, REMSAA XXXVII/528. Disponível em: <https://www.orasconhu.org/sites/default/files/ResolREMSAAXXXVII528SaluddelosMigrantes.pdf>

ANEXO II. Instruções para envio de propostas

Antes de enviar a proposta

Reúna a(s) autorização(ões) necessária(s) antes de documentar sua proposta de BP. Isto inclui obter a permissão de uso de dados institucionais e qualquer material protegido por direitos autorais.

Os **Termos e Condições de Uso do Portal de Boas Práticas da OPAS** estão disponíveis em: <https://portalbp.paho.org/pt/>.

Como enviar sua proposta

Crie uma conta no **Portal de Boas Práticas da OPAS** (<https://portalbp.paho.org/pt/>). Depois que a conta for ativada, documente e envie sua proposta de BP.

Para obter um guia detalhado sobre como usar o Portal de Boas Práticas e enviar sua proposta, consulte as **orientações para o envio de propostas** em: <https://portalbp.paho.org/pt/>.

Figura 1. Página inicial do Portal de Boas Práticas da OPAS.



Compreendendo os atributos

A Iniciativa identificou oito atributos que uma proposta deve apresentar para ser considerada uma Boa Prática a ser documentada. Para compreender melhor a tarefa que temos pela frente, a **Tabela 2** descreve quais informações por atributo serão úteis para moldar a sua proposta de Boas Práticas e facilitar o processo de avaliação. No entanto, isto não significa que a informação que pode ser apresentada se limita exclusivamente ao que está descrito na tabela. Sinta-se à vontade para destacar aspectos não listados da sua proposta de Boas Práticas que você considere importantes.

Espera-se que as informações apresentadas em uma proposta de Boas Práticas sejam apoiadas por evidências resultantes da revisão da literatura científica e/ou dos dados gerados pelas atividades da proposta, conforme aplicável.

Tabela 2. Informações esperadas por atributo.

Atributo	Descrição	Informação
Atributos principais		
Efetividade	Evidência de que os seus objetivos foram alcançados com sucesso. Esta evidência pode incluir resultados sustentados ao longo do tempo, produtos e metodologias tangíveis.	<ul style="list-style-type: none">• Nível de realização da proposta com base nos seus objetivos.• As atividades da proposta.• Impacto da proposta.
Custo Efetividade	Evidência de uma abordagem econômica que seja financeiramente realista e acessível aos atores necessários.	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura de gerenciamento financeiro da proposta.• Processo de orçamentação da proposta.• Autoavaliação da capacidade do orçamento para alcançar os objetivos.
Eficiência	Evidência de uma abordagem responsável e fiscal na implementação de recursos para o alcance dos resultados desejados.	<ul style="list-style-type: none">• Gerenciamento de recursos da proposta.• Estratégias para aumentar/assegurar a eficiência.
Sustentabilidade	Evidência da capacidade de manter os resultados obtidos ao longo do tempo. Deve gerar as ferramentas essenciais para enfrentar os desafios do futuro.	<ul style="list-style-type: none">• Soluções para mitigar problemas recorrentes e/ou novos no futuro.• Estratégias de monitoramento e avaliação.

		<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do potencial de escalabilidade da proposta. • Estratégias para garantir os recursos necessários durante a vida útil pretendida da proposta.
<p>Replicabilidade</p> <p>Adaptabilidade</p>	Evidência do potencial para replicar ou adaptar a outros contextos e situações.	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do potencial de replicação e/ou adaptação da proposta a outros contextos. • Limitações à replicabilidade e/ou potencial de adaptabilidade da proposta.
Inovação	Evidência de ter adotado, promovido ou criado uma tecnologia ou uma abordagem totalmente nova para resolver um problema; ou de ter incentivado a inovação aos seus usuários para desenvolver em conjunto novas soluções para problemas comuns.	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição de qualquer inovação – definida como qualquer produto, ação, serviço ou parceria que tenha potencial para melhorar os resultados de saúde. • Como os elementos propostos devem ser considerados inovadores no contexto nacional e/ou internacional.
Participação	Evidência do envolvimento dos principais parceiros (em particular, os principais beneficiários) nas decisões e ações importantes relacionadas com a intervenção.	<ul style="list-style-type: none"> • Participação dos principais stakeholders e/ou parceiros. • Estratégia de engajamento. • Nível de envolvimento do beneficiário principal.
Foco nos temas transversais (equidade, gênero, etnia e direitos humanos)	O Plano Estratégico da OPAS 2020-2025 aborda quatro temas transversais: equidade, gênero, etnia e direitos humanos. Dada a relevância dos temas para a cooperação técnica da OPAS, a boa prática deve demonstrar capacidade de analisar e propor mudanças em relação às vulnerabilidades, diversidades ou lacunas que interferem na saúde da população.	<ul style="list-style-type: none"> • Como a prática aborda algum desses temas transversais. • Impacto que a prática possa ter tido em temas transversais.

Atributo Técnico		
Alinhamento às Diretrizes da OPAS sobre Saúde e Migração	Evidência de alinhamento com as Diretrizes da OPAS sobre Saúde e Migração e suas cinco linhas de ação.	<ul style="list-style-type: none"> • Como a prática aborda qualquer uma das cinco linhas de ação da OPAS na Diretriz • • O impacto que a prática pode ter na melhoria e/ou aumento da implementação de uma ou mais das cinco linhas de ação da Diretriz da OPAS

ANEXO III. Documentação do FENSA

Importante: Durante a etapa de análise institucional, o formulário de cadastro do Portal solicitará que os agentes não estatais enviem dois formulários em formato PDF. Esses formulários também poderão ser baixados do Portal durante essa etapa. Todas as informações enviadas serão mantidas em sigilo.

Você pode usar os links abaixo para baixar o formulário no idioma de sua preferência.

Informações solicitadas de atores não estatais para envolvimento com a OPAS/OMS

[English](#) | [Español](#) | [Português](#) | [Français](#)

Declaração de divulgação relacionada ao tabaco/armas para atores não estatais

[English](#) | [Español](#) | [Português](#) | [Français](#)